



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1

ATA N.º 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 29 de abril de 2022

No dia vinte e nove do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas, no edifício do Multiusos, sito à Avenida Nuno Álvares Pereira – Montalegre, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.2 – Expediente para conhecimento;

1.3 – Intervenções;

2 – Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 1 da sessão ordinária do dia 25 de fevereiro, do ano 2022;

2.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.3. A Bancada do Partido Socialista apresenta o seguinte voto de reconhecimento a Salomé Ribeiro que foi eleita MISS TEEN VILA REAL 2021 e Miss popular Vila Real e que prestigiou assim, o nosso concelho;

2.4. A Bancada do Partido Socialista apresenta um voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Flores;

2.5. A Bancada do Partido Socialista apresenta um voto de pesar pelo falecimento da Dr.ª Margarida Pias Canedo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2

2.6. O Grupo Municipal do PSD propõe um voto de Louvor e de reconhecimento a toda a estrutura do Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes;

2.7. O Grupo Municipal do PSD propõe um voto de Pesar pelo falecimento de Margarida Maria Figueiredo Pias;

2.8. O Grupo Municipal do PSD propõe um voto de Pesar pelo falecimento do Padre Manuel Flores;

**2.9. Relatório de Atividades & Prestação de Contas Ano 2021 –
Apreciação;**

2.10. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos nos anos económico de 2022. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – para conhecimento;

2.11. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de dois cargos de direção intermédia de 3º grau 01(um) para Chefe da Unidade Orgânica Flexível de Turismo e Cultura, e 01 (um) para Chefe da Unidade Orgânica Flexível de Biblioteca e Arquivo – Proposta;

2.12. 2ª Revisão do PDM de Montalegre – Indicação dos representantes da Câmara Municipal de Montalegre na CC (Comissão Consultiva) – Para conhecimento;

2.13. 2ª Revisão do PDM de Montalegre – Eleição do representante da Assembleia Municipal de Montalegre na CC (Comissão Consultiva);

2.14. Venda de Prédios Urbanos – Ata da Hasta Pública – Ratificação - para aprovação;

2.15. Acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro – Para conhecimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

3

2.16. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União das Freguesias de Paradela, Contim e Fiães, destinado à construção de uma nova captação, reservatório e fossa séptica em Contim;

2.17. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Venda Nova e Pondras, destinado à Equipa de Sapadores;

2.18. Pedido de cedência de garagem do posto da GNR da Venda Nova pela união das freguesias de Venda Nova e Pondras;

2.19. Pedido de cedência de uma viatura para dar apoio à União das Freguesias de Paradela, Contim e Fiães;

2.20. Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais desfavorecidos – Proposta;

2.21. Minuta do Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Montalegre;

2.22. Minuta do Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Salto;

3 – Intervenção do público.

4 – Período após a ordem do dia.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e oito membros, à exceção dos membros Ana Maria Martins, Leonor Vila e António Cascais.

Justificaram as faltas à sessão anterior os membros Márcio Azevedo, Nuno Pires, Ana Maria Martins, António Eduardo Batista dos Santos e Nuno Pereira.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Ana Isabel Dias, José Moura Rodrigues e Fernando Capela.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.2 – Expediente para conhecimento;

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

1.3 – Intervenções;

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Carvalho de Moura, João Alves Soares, Ana Francisca Martins, Sílvia Gonçalves Carneiro, José Ricardo Branco, João Carlos Rodrigues, Ana Paula Adão, Hernâni Carvalho, Sandra Gonçalves, Fátima Crespo, Manuel Dias Carrelo, Lúcia Araújo Jorge e Nuno Alves Pereira.

O membro José João Carvalho de Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público.

Após as eleições do passado dia 30 de janeiro e a novela que ocorreu com a repetição das mesmas nos círculos fora do país, em que o PS mostrou um desrespeito pela comunidade emigrante, pois já estava no papo, finalmente foi formado governo com algumas surpresas desfavoráveis para os Barrosões e particularmente os Montalegrenses, pois não se vislumbra qualquer olhar incisivo e cuidado para o interior e principalmente para Barroso, que tem estado esquecido ao longo do tempo. Premiaram um ex-autarca que perdeu as eleições e deixou uma dívida descomunal na autarquia, amigo dos Russos, como ministro das finanças. O responsável pela elaboração do PRR, que nos grandes investimentos não contempla Montalegre, a não ser na exploração mineira, como ministro da economia e mar, tendo a sua primeira medida a criação de um imposto. Uma super-secretaria de estado, com duas valências impossíveis de casar, como são a energia e o ambiente, cujo secretário de estado já se manifestou favoravelmente a toda a exploração mineira e mais, a defender os interesses das companhias mineiras em detrimento do ambiente e da opinião das pessoas, conforme o demonstrou quando visitou Covas de Barroso, com uma altivez, prepotência e menosprezo pela população de Boticas e Montalegre.

Quanto ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o PSD entende que ficou muito aquém dos grandes designios de Montalegre e lamenta a falta de massa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5

crítica na apresentação e discussão de grandes projetos de acordo com as orientações do PRR para Montalegre, com ligação em rede com os outros municípios do Alto-Tâmega, mas também com o Minho e a Galiza, congratulando-se pela aprovação das candidaturas das creches para o Baixo Barroso, já solicitadas e prescritas por este grupo municipal.

Este governo dos vouchers burocráticos e restritos a parte da população, anunciou grandes investimentos no âmbito deste PRR: a salvação da TAP; mais linhas de metro em Lisboa e Porto, entre muitos outros, mas não há dinheiro para retificação da única estrada Nacional que nos liga ao resto do país, ao invés do troço entre Vinhais e Bragança, com um orçamento estimado de 30 milhões, que vai já arrancar...

Onde está a audácia, a ligação a grandes projetos na área do turismo com esta dimensão e escala? Algum projeto anunciado para Montalegre? As minas. Estamos conversados.

E relativamente às minas verifica-se mais indefinição por parte do executivo municipal, não cumprindo com o assumido de tomada de posição após os técnicos se pronunciarem acerca do EIA. Pois bem, não foi só a Universidade Nova a levantar muitas dúvidas, mas também a Faculdade do Porto, culminando com a própria APA, com o prolongamento do prazo para consulta pública da mina do Romano, desautorizando e depreciando o executivo municipal pela sua tomada de posição.

Não se define o Sr. Presidente de Câmara, manifestam-se as juntas de freguesia, Morgade e Cervos neste caso, mostrando assim maturidade social e ambiental abraçando os interesses dos seus munícipes declarando o não absoluto às minas do Romano.

O Sr. Presidente da Câmara quer estar no pelotão da frente na transição energética, mas não abdica de uma pista de automóveis sorvedora do orçamento municipal que em cada evento liberta mais partículas de CO₂ do que o resto da frota automóvel da vila de Montalegre nesse fim de semana. Para já não falar no despesismo e benefício quase nulo para os Montalegenses, pois não vi nenhum movimento na vila bem como no comércio local e restaurantes, no último evento realizado, levando a constatar que a única entidade beneficiada é uma associação que nem pertence a Montalegre, quando esse dinheiro poderia ser direcionado para quem realmente necessita.

E neste momento, com a crise energética e com o aumento exponencial dos bens de consumo e de produção, todos estamos a passar dificuldades económicas. E o município deve apoiar e o sr. presidente da câmara tem ferramentas para isso. A começar pela diminuição da carga fiscal que incide sobre os Montalegenses, tal como acontece em vários concelhos a nível nacional, prescindindo da taxa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

6

cinco por cento da coleta líquida de IRS dos seus cidadãos, ou de parte dela, devolvendo-a aos contribuintes que residam na sua área territorial. É o caso de Boticas e Vieira do Minho 0% e Cabeceiras de Basto 2%.

E o argumento de que os ricos é que pagam IRS é totalmente descabido quando sabemos que apenas trabalhadores que recebem o salário mínimo nacional e os que têm rendimentos sociais de inserção estão isentos de IRS. Todos estamos a passar dificuldades e é o papel da autarquia apoiar as famílias, os agricultores, os comerciantes e os empresários locais. Faça como o governo do seu partido e crie vouchers em último recurso, dando primazia ao desconto direto, como fazem os nossos vizinhos espanhóis.

Hoje em dia deve haver inúmeros empresários, comerciantes e agricultores que fazem contas à vida de forma a ponderar manter de pé o seu negócio; como irão pagar os salários dos seus funcionários e cumprir com os compromissos sociais, pois de um modo geral, estão todos descapitalizados.

O estado vai apoiar os agricultores é certo, através da isenção da taxa do IVA nas rações e adubos, mas isso não é o suficiente, pois os aumentos das matérias primas são superiores a 20% e os adubos superiores a 100%. Tem de se criar um fundo perdido à totalidade Sr. Presidente, sob pena de grande parte deles encerrar a atividade e a exploração.

Além de cantar a Grândola - vila morena, epíteto da revolução de Abril, é preciso agir, como aquele punhado de militares que há precisamente 48 anos se revoltou e à qual se associou a população civil em massa e que tornam assim as suas comemorações cada vez mais prementes e relevantes, de forma a relembrar a austeridade e autocracia de um estado novo que durante 48 anos obrigou os portugueses a viver dentro de uma estufa, sem liberdade, tal como o governo de extrema esquerda da Rússia exerce e pretende exercer sobre a Ucrânia e outras republicas da antiga URSS. Por isso o PSD sempre defendeu e defende que a solução está ao centro, sob pena de nos precipitar-nos para uma nova guerra mundial. E os autarcas agradecem o convite do Sr. presidente da câmara para as celebrações do 25 de Abril, e pessoalmente, não estive presente, uma vez que tendo como sogro um dos capitães de Abril, agora coronel aposentado das transmissões do exército português, estive com ele a prestar-lhe a merecida homenagem. E ele apenas lembra uma e outra vez, não deixem morrer a memória do 25 de Abril, porque na triste realidade com que o mundo se confronta, ainda se torna mais oportuno e importante, reafirmarmos os valores do 25 de Abril de 1974, de Liberdade, Democracia, Igualdade, Justiça Social, Direitos Humanos e Paz.

Convites esses Sr. presidente, que não são endossados para outros eventos, como a feira de Nanterre, dando primazia a um rol de convidados que nem são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

7

autarcas nem pertencem ao concelho, com despesas pagas pelo município, posando para a fotografia com o testa de ferro da Lusorecursos, que está longe de merecer a simpatia dos munícipes pelos atentados ambientais que planeia efetuar e no alheamento da população de Barroso nos estudos que efetuou. O que deveria ser um encontro de celebração e confraternização transformou-se assim num prémio para uns e campanha eleitoral para outros.

O 25 de Abril também queria acabar com a censura, aquela do lápis azul, que protegia a ditadura, e em que os censores decidiam o que devia ser noticiado ou divulgado, como meio de impedir e limitar as tentativas de subversão e difamação. Essa censura acabou é um facto, mas a censura continua a existir com outra forma, existindo agora “censura de linguagem, palavras e expressões”. E aqui em Montalegre existe uma censura económica, em que se aplica o lema já icónico do PS, ou estão connosco ou estão contra nós. E isso verifica-se no financiamento de alguns órgãos de comunicação social em que uns levam tudo e outros não recebem um cêntimo.

E o mesmo acontece com a cultura. A cultura Sr. Presidente, que devia ser apartidária, e como no dia 23 de abril se celebrou o dia mundial do livro, aproveitou esta sessão ordinária para promover 2 livros, que não tiveram qualquer apoio por parte do executivo municipal, quer financeiro quer de divulgação, escritos por 2 pessoas de gerações opostas, mas que, no entanto, têm a mesma similitude: amam a sua terra e têm a paixão da escrita e leitura enraizadas.

O primeiro que transcreve os testemunhos de um alferes miliciano na guerra colonial em Moçambique, um tema atual e que nos mostra que a guerra é estúpida, não tem vencedores ou vencidos, e apenas prejudica a população civil. O outro, escrito por uma deputada com assento nesta assembleia, a Sílvia Carneiro, pertencente à JSD, que com a sua visão romântica e apaixonada nos fala da sua terra natal, Arcos e da sua freguesia Cervos, e nos faz recordar que o concelho é composto por 25 freguesias e união de freguesias que merecem o mesmo trato e apreço.

Após esta apresentação entrego assim formalmente ao sr. Presidente da Mesa desta assembleia, de modo a fazer chegar ao arquivo da biblioteca municipal, terminando com uns versos do Fado da censura de Fernando Pessoa:

“Há um campo lamacento
Onde se dá bem o gado;
Mas, no ar mais elevado,
Na altura do pensamento,
Paira certo pó cinzento,
Um pó que se chama Crítica.
A Ideia fica raquítica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

8

Só de sempre o respirar.
Por isso é tão mau o ar
Neste campo da Política".
Assinado, o membro da Assembleia Municipal José João Moura."

O membro João Alves Soares entregou o seguinte documento à Mesa: "Barroso, esta vasta e bela região abençoada pelo Criador e que, nós, ocupantes devemos cuidar sempre com muito carinho e com muito apego, acaba de acrescentar nome, grandeza e qualidade à designação da Comunidade Intermunicipal a que pertencemos.

Criada em 2013, como Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, vê, agora a sua nova denominação validada pela União Europeia como Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso – CIM-ATB.

Lutador incansável desde a primeira hora, por esta causa, tenho a dizer ao Sr. Presidente um bem haja, do tamanho do Barroso, pelo esforço guerreiro e habilidade diplomática que demonstrou, persistentemente, muitos dos restantes autarcas da Região para conseguir a inclusão de Barroso na sua denominação, pelo orgulho de todos nós, pois Barroso é e continuará a ser marca identitária de primeira grandeza, acrescentando prestígio à Comunidade que, até agora, se identificava, tão-só, pelas águas do rio que correm, entre margens, até ao Douro. Bem-haja, Sr. Presidente, por este valioso contributo que prestou às memórias de Barroso e suas gentes.

Barroso, consagrado nas letras Portuguesas por figuras maiores da nossa literatura no Camilo Castelo Branco, Ferreira de Castro, Miguel Torga e Bento da Cruz, como a Comunidade mais conhecida e visível aos olhos de Portugal e do Mundo, porque Barroso é marca ímpar, sem margem para equívocos, e como acontece com a outra Comunidade. "Tâmega e Sousa".

É caso para, parafraseando Bento da Cruz, gritando bem alto: "Viva Barroso!"

E já agora, em registo de "vivas", viva o 25 de Abril!

Viva o 25 de Abril celebrado em Montalegre! Depois de dois anos em que a celebração foi coartada pelas restrições decorrentes da pandemia, eis que, de novo, o Povo saiu à rua, pôs cravos ao peito, plantou alegria nos rostos, vestiu-se de orgulho pátrio, entronizando a bandeira de todos nós e prestando-lhe condignas honras ao som dos acordes nacionais e dos festivos foguetes!

Em Montalegre, aconteceu Abril! Aconteceu alegria, aconteceu festa simples do povo!

E, tal como as gaivotas, que andam lá por longe, fomos livres de cantar: "Grândola, Vila Morena, terra da fraternidade"!

Sim, aqui, também aconteceu Fraternidade!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

9

Montalegre, vila serrana, tal como a Vila Morena é terra de fraternidade e demonstrou-o no abraço fraterno ao Povo Ucrainiano que acolheu e que envolveu na alegria da celebração de todos nós, na Praça do Município.

O meu aplauso para o executivo pela nobreza deste gesto, que ficará para sempre nas memórias desta “gente forte, cá do Norte, que nada teme afinal!” assinado, o membro da Assembleia Municipal João Soares.”

O membro Ana Francisca Martins entregou o seguinte documento à Mesa: “Bom dia a todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Vereadores, Exmos. Senhores deputados, Exmos. Presidentes das Juntas de Freguesia, estimado público.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite que me foi dirigido para as celebrações do 25 de abril que decorreram na semana passada. A conquista da liberdade é algo que, sem dúvida, merece e deve ser celebrado.

A JSD lançou, durante o mês de abril, um inquérito aos residentes no concelho de Montalegre. Este visava perceber a opinião que a população natural e residente em Montalegre tem sobre diversos temas de interesse público, como é o caso da Educação, ao Apoio Social, a Cultura, o Emprego, a Saúde e a Sustentabilidade. Após a sua análise, foi possível apurar algumas problemáticas e preocupações existentes na população de Montalegre. Gostaria de começar por abordar o tema da natalidade.

Montalegre é um concelho com uma baixa de natalidade, e há já alguns anos que o Partido Social Democrata reivindica um apoio aos recém-nascidos, visando o incentivo à natalidade. Neste contexto surgiu há algum tempo um projeto “Olhares pela Maternidade” com uma parceria entre o Município e o Centro de Saúde de Montalegre. Este projeto, para além do acompanhamento da grávida e de três meses de integração do recém-nascido na família, visa a atribuição de 50,00€ mensais a todas as crianças de incentivo à natalidade. O curioso é quando analisamos os dados existentes no Relatório de Atividades e Prestação de Contas do ano de 2021 e percebemos que o investimento feito neste programa foi de 42.688,19€. Contando com 50,00€ mensais, dará um total de 600,00€ anuais por criança, o que nos leva a perceber que este apoio foi prestado a cerca de 71 crianças.

Nasceram em Montalegre, entre 2019 e a atualidade, ou seja, com idade compreendida até 3 anos, 133 crianças. Constatamos assim eu quase metade das crianças aptas a receber este apoio, não o obtém. Isto leva-nos a questionar a forma como esta medida está a ser aplicada. Existe, por parte do Município, alguma forma de comunicação direta com estes futuros pais de forma a dar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

10

conhecer este projeto e facilitar o acesso à informação? Será que os pais das crianças têm conhecimento deste apoio?

Um outro tema com particular relevância que surge também com a análise do inquérito mencionado prende-se com a necessidade de haver mais atividades culturais no Município como o cinema, o teatro e os concertos. Não seria esta uma forma de educar culturalmente os nossos jovens e as nossas gentes e, quiçá, atrair gentes dos concelhos vizinhos?

Por fim, gostaria de deixar uma palavra de apreço e gratidão a todos aqueles que contribuíram com os bens que foram enviados aos cidadãos ucranianos. É bom ver a solidariedade e a entreatajuda nas nossas gentes e na nossa terra neste tempo tão difícil para os ucranianos. Assinado, o membro da Assembleia Municipal Francisca Martins.”

O membro Sílvia Gonçalves Carneiro entregou o seguinte documento à Mesa: “Caríssimos Presidente da Assembleia e da Câmara, Caríssimos Vereadores e Deputados, Caríssimo Público.

Nunca na história, a nossa sobrevivência esteve tão ameaçada, uma ameaça com as raízes na própria espécie humana. As alterações climáticas e a degradação ambiental são uma ameaça existencial para a Montalegre e para o mundo.

Temos pela frente anos, extremamente difíceis, em que teremos que reconstruir as nossas economias, criar riqueza, criar empregos. E vamos ter que o fazer com recursos escassos, muitos dos quais estamos a receber emprestados pelas próximas gerações. Temos por isso uma enorme responsabilidade: utilizá-los sabiamente, eficazmente. Utilizá-los de forma a garantir que as próximas gerações receberão um planeta mais limpo e sustentável. É este futuro comum, inclusivo, coeso que temos a responsabilidade de construir, sem deixar ninguém para trás.

Mas sem uma alteração radical de política, os objetivos climáticos do Acordo de Paris, estão em risco, o planeta está em risco, nós estamos em risco. Em Montalegre, as sementes já foram lançadas e têm vindo a ser regadas pelo executivo Municipal em iniciativas como as “sextas-verdes”, a aquisição de viaturas elétricas, a alteração do sistema de rega dos jardins públicos, as ações de limpeza do lixo da barragem e a substituição das luminárias em mercúrio por lâmpadas Led. Mas é preciso fazer mais!

As artérias que alimentam o futuro verde estão entupidas pelas deficiências que ainda persistem:

- O desperdício de água decorrente da utilização abusiva das torneiras públicas para regas em algumas aldeias é alarmante, especialmente no período do verão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

11

conduzindo, muitas vezes, a dificuldades no abastecimento de água das habitações;

- Do total de 3 743 toneladas de resíduos urbanos produzidos anualmente no concelho de Montalegre, apenas 7,5% são recolhidos seletivamente, isto porque, numa área total de 805 km², existem pouco mais de 60 ecopontos, o que significa que existem populações que têm de percorrer kms para poderem reciclar os seus resíduos;

- Os entulhos acumulam-se nos montes e os “monstros”, nomeadamente colchões e sofás, formam autênticas mobiliárias nas serras. Este é o cenário de uma dessas lixeiras, numa paisagem inserida em pleno Parque Nacional Peneda Gerês, Património Agrícola Mundial, mas, mais que isso tudo, esta é uma imagem da nossa casa, uma casa herdada dos nossos pais e avós que a nossa geração destrói diariamente;

Basta olharmos para a Mesa da Assembleia a utilizar sistematicamente garrafas de água de plástico, para percebermos como os hábitos sustentáveis estão longe de estar enraizados na consciência do povo barrosão. Mas, meus caros, a sustentabilidade não é uma tendência, é a nossa única garantia do futuro!

E, por isso, é urgente que o executivo municipal eleja a sustentabilidade ambiental como o mastro que guia a política local e traduzir esta preocupação em ações concretas. Neste embalo, mais do que palavras bonitas, tomei a liberdade de trazer aqui hoje algumas ideias e sugestões, que me permito deixar ao executivo municipal e aos excelentíssimos Presidentes das Juntas de Freguesia aqui presentes, designadamente:

- A implementação de um sistema de incentivo ao consumidor final para a devolução de embalagens de plástico, latas e embalagens de vidro;
- Incentivo à colocação de painéis fotovoltaicos;
- Adoção de um sistema de copos ecológicos em eventos como a Sexta 13, a Feira do Fumeiro, as Festas de Verão ou o Rally Cross com o pagamento de caução de 1€ devolvido no ato de entrega;
- Promover e reconhecer boas práticas ambientais implementadas nos diferentes quadrantes sociais do concelho, mediante um selo verde;
- Criação de um Plano Municipal de Educação Ambiental dirigido à Comunidade Escolar;
- Distribuição de garrafas de água reutilizáveis nas escolas e instituições públicas;
- Promoção de um campo de férias ecológico;
- Protocolos com as Juntas de Freguesia para a cedência de um espaço para a colocação de resíduos de grande dimensão para a recolha semanal;

Mas, acima de tudo, urge uma maior aposta na sensibilização da população. E esta não é uma ação que se cinja ao executivo, mas que abrange os professores,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

12

os pais, os presidentes de junta, as instituições, os movimentos associativos e, acima e tudo, cada um de nós enquanto cidadão. Pois de nada serve existirem os meios se a população não está consciencializada para os utilizar.

Digo-vos que há esperança, uma esperança que nasce no coração dos pais que querem garantir um futuro para os seus filhos, uma esperança que vive nos sonhos dos jovens como eu e se immortaliza na consciência que desperta quando o terror das alterações climáticas nos bate à porta. E uma vez que tomamos consciência, mudamos. Acredito piamente na capacidade de mudarmos. E não precisamos esperar. Podemos começar a mudança agora mesmo. Nós, as pessoas. Obrigada. Assinado, o membro da Assembleia Municipal Sílvia Carneiro.”

O membro José Ricardo Branco entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, exmos. Senhor Presidente da Camara e demais Vereadores e Senhores Deputados Municipais, os meus cumprimentos.

Começo por fazer uma breve referência, tendo em conta algumas intervenções nas anteriores sessões da Assembleia Municipal, nas quais foram versados temas da minha área, o Direito, e a maior parte das vezes foram referidos conceitos jurídicos sem noção do seu significado, nomeadamente a figura do Arguido.

Entendo que é importante tomarmos consciência de que só é arguido aquele sujeito sobre o qual recaem indícios da prática de um crime ou de uma contraordenação. Qualquer cidadão pode ser constituído arguido.

Ao contrário do que grande parte da comunicação social escreve e diz, o arguido não é necessariamente alguém que cometeu o crime. Se depois de feita investigação houver fortes indícios da prática do crime, então é proferida uma acusação e levado o arguido a julgamento, para se apurar se existem provas irrefutáveis do cometimento do crime. Se depois não houver provas sólidas o arguido é absolvido. Se existirem provas que demonstrem a culpa do arguido este é condenado.

Existe sempre o direito constitucional de presunção de inocência, em que o arguido é considerado inocente até transito em julgado da sentença que o condene.

Apesar disso, e sobretudo para quem serve e administra a Coisa Pública, é sempre melhor ser impoluto do que estar na condição de arguido.

Importa apenas referir que a notícia do facto chega através dos Órgãos de Polícia Criminal; os factos são depois investigados pelo Ministério Público, que arquiva ou deduz acusação; e finalmente pelos Tribunais, que absolvem ou condenam.

E qualquer cidadão ou instituição tem o dever de denunciar conduta que, séria e fundadamente, lhe pareça desviar-se da legalidade ou que ponha em causa a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

13

Ordem Pública. Posto isto: 1) Despovoamento no nosso concelho é obvio. Pessoalmente, e como já tive oportunidade de referir anteriormente, fico consternado ao ver as ruas da vila vazias a meio da tarde, as lojas fechadas e cada vez mais lojas encerradas, paulatinamente a atividade comercial enfraquece, o comércio não tem clientela. À noite há cada vez menos movimento! A vila parece adormecida; 2) Este fenómeno está diretamente ligado à falta de oferta de emprego. Vislumbram-se alguns esforços de gentes da terra para tentar dinamizar certos espaços. O que infelizmente se mostra insuficiente. Embora o investimento público com utilidade seja muito importante, a Câmara Municipal não pode nem deveria ser a maior fonte de oferta de emprego do concelho. Este é um sinal da debilidade económica de que padece Montalegre. Nesta linha, aos políticos locais incumbe e exige-se que criem condições atrativas para que os privados promovam o investimento sustentado, capaz de criar emprego e gerar riqueza na região.

A Câmara deve abrir a porta ao investimento privado, e não rejeitá-lo.

Não existem, por exemplo, uma Incubadora de Empresas ou um modelo concreto de apoio a PME's. Muitos dos nossos jovens, e cada vez mais instruídos, com formação em todas as áreas, abandonam a nossa terra porque faltam oportunidades para singrar. É preferível para estes ir viver para fora, ter uma vida mais stressante e sobrecarregada, mas ter um emprego estável e com oportunidades de solidificarem as suas carreiras profissionais.

Apelo de novo à Câmara Municipal de Montalegre, a demonstrar mais abertura ao investimento dos privados, com mais medidas de apoio a jovens empresários. E não só na agricultura. Pois a nossa terra tem potencial noutras áreas, como o turismo; 3) Além do referido, algo que me parece relevante é a implementação de Cursos de Formação Profissional no nosso concelho.

- Porque é que num concelho onde a maioria da população é idosa, não existe um curso profissional orientado aos cuidados geriátricos?

- Porque é que não existe um curso profissional ligado à agricultura?

- Porque é que não existem cursos básicos de primeiros socorros, que além da obvia utilidade, permitiriam também aos jovens, quem sabe, ganhar gosto numa vida profissional orientada à saúde, ou mesmo até na prestação de socorro e ingressarem numa das nossas corporações de bombeiros?

E não compete só às escolas. A Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, devem ter um papel fundamental pois trata-se de algo adequado e fundamental aos interesses e desenvolvimento do território.

A formação de profissionais capazes de responder às mais variadas necessidades da nossa população é algo que se afigura extremamente relevante. Pois esses



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

14

profissionais faltam. E se a resposta a essa falta for dada por gente da terra, melhor ainda.

Estamos hoje num edifício (Pavilhão Multiusos de Montalegre) que poucas atividades albergam. Um espaço que pela sua dimensão, deveria ter mais uso. Utilizá-lo para seguir esse fim seria bom. Uma medida com utilidade pública; 4) por último, Sr. Presidente (da Câmara), tendo eu nascido no verão de 1994, já bem distante da ditadura do Estado Novo, felizmente sei o que é ser livre, nasci livre, e sei o que é ser jovem. Pois ao contrário da afirmação jocosa que o Sr. proferiu na última assembleia, dizendo que eu “não sou jovem pois não penso como jovem”, ainda o sou, apenas não penso como o senhor.

E durante a minha, ainda curta vida, tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas, várias realidades sociais, de conhecer culturas diferentes, em diversos países. Com essas experiências também aprendi a acolher e a respeitar a opinião dos outros. E nesta matéria não há verdades absolutas.

E sempre que alguém tem opinião, crença, ou ideologia diferente da nossa, podendo estar certo, ou estar errado, tem sempre direito a expressar livremente a sua opinião.

Temos o direito a discordar, com respeito, e de afirmar, defender o nosso lado. Não atacar as crenças do outro.

Esse outro não tem que ser oprimido, discriminado ou criticado pelo simples facto de pensar diferente.

E isto, é apenas uma opinião, um pensamento, expressado por um jovem Barrosão, que vê e espera muito desta terra e das gentes que cá vivem. Obrigado e um resto de bom dia a todos! Assinado, o membro da Assembleia Municipal José Ricardo Branco.”

O membro João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas: antes de ir ao assunto principal que me traz aqui hoje, quero voltar hoje à questão do LED, depois da decisão proferida em Tribunal, que resultou na absolvição.

Referi, na sessão anterior, que o PSD acusou, julgou e condenou.

E tudo o que o PSD disse foi agora desmontado e desmentido por quem tem essa competência: os tribunais, os juizes.

E era positivo e um gesto de humildade que se assumissem e que se retratassem perante os Barrosões. Porque denegriram a imagem dos autarcas que estes elegeram, denegriram a terra e os próprios Barrosões.

Contrariam tudo aquilo que se tem feito, e continuará a fazer, para elevar a marca de Montalegre como excecional destino turístico, local de excelentes iniciativas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

15

eventos que trazem milhares de pessoas e que alavancam a economia local. De gentes acolhedoras, trabalhadoras e honestas. Era isto que deviam ajudar a mediatizar.

Mas se têm algum tipo de fetiche com o Ministério Público, era bem mais benéfico para o concelho e para os barrosões que mediatizassem queixas pela criminalidade dos incêndios em zonas florestais ou os sucessivos assaltos que se têm verificado no concelho.

Mas não. Para atingir os seus fins, o PSD não se coíbe de descredibilizar a política e os seus atores, participando assim para a tentativa da deterioração da democracia.

Sr. Presidente, Srs. deputados, permitam-me que refira só algumas passagens do acórdão que absolveu os nossos autarcas.

Que a acusação se esqueceu de que "muito antes" do negócio entre a câmara e Paulo Barroso já o comerciante tinha adquirido o painel publicitário e licenciado. Mais, o juiz disse ainda que a acusação e a pronúncia "fazem de conta que isto não aconteceu, mas aconteceu"

Que o negócio em termos administrativos "está correto", que não se provou, "de todo", que houve prejuízo para a câmara.

E para se redimirem, sugiro que solicitem junto dos serviços do município a fatura dos honorários dos advogados que defenderam os nossos autarcas e paguem a conta!

Isso é que era de Homens!

Mas o tema principal da minha intervenção é a celebração do 48º aniversário do 25 de Abril.

No ano em que os dias em democracia superam os dias vividos em ditadura, deuse a coincidência dessa data ocorrer a 24 de março, dia da revolta estudantil que mobilizou a juventude contra quem a privava do seu futuro, corria o ano de 1962. Permitam-me assim, convocar a memória de um dos que lideraram, nessa e em todas as alturas, a residência ao Estado Novo e a construção da segunda República, o presidente Jorge Sampaio.

O 25 de Abril trata-se da data mais importante da nossa história recente. E ao assinalarmos os 48 anos da Revolução dos Cravos, queremos lembrar a todos o dia em que Portugal e os Portugueses, com a coragem dos militares de Abril, acabaram com a guerra colonial que todos os dias matava os nossos jovens de então;

-O dia que em Portugal acabou um ciclo de pobreza e miséria de um regime fechado de 48 anos;

-O dia em que foi restaurada a liberdade e a democracia!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

16

Os sonhos impedidos durante tantos anos por governos autoritários, que prendiam e torturavam quem ousava discordar, floresceram e explodiram gestos de generosidade que transformaram rostos sombrios sem esperança em gente feliz com uma lágrima no olhar.

Ouve-se ainda hoje essa alegria e essa felicidade por aqueles que viveram a madrugada e os dias e anos que se seguiram.

A história e as imagens dizem-nos o que era o júbilo dos mais descrentes, a euforia dos lutadores antifascistas, e o sentimento geral de satisfação e regozijo de um povo que reconquistou o seu orgulho e que, finalmente, podia dizer, pela primeira vez, a palavra liberdade!

O 25 de Abril é a celebração da democracia. A democracia que todos temos o dever e obrigação de defender e cuidar.

É o bem mais precioso para uma sociedade justa, igualitária e tolerante, e é por isso que a devemos respeitar e fazer respeitar. Temos essa obrigação. E nunca a desvalorizar nem dá-la como adquirida.

O 25 de abril trouxe consigo o direito ao voto livre para todos, para portugueses residentes em território nacional ou para aqueles que na diáspora procuraram uma vida melhor, e que deve ser respeitado em qualquer circunstância e não desqualificá-los procurando assim ganhos de secretaria.

Com o 25 de abril veio também o princípio da separação de poderes. O poder legislativo, executivo e judicial. Em que cada um deles é independente e autónomo.

Assim como apenas o poder legislativo pode legislar e o poder executivo pode executar também, apenas o poder judicial pode condenar e julgar. Nada nem ninguém pode nem deve querer substituir-se a estes na aspiração indecorosa de ganhos administrativos ou de secretaria para proveito político.

O 25 de Abril será sempre uma data para lembrar e celebrar, mas, perante as atrocidades de uma invasão ilegal e atroz, mais devemos recordar e enaltecer os valores de Abril.

Temos, por isso, hoje, a obrigação de dizer que esses valores conquistados com o sonho Europeu estão a esbarrar noutros sítios do mundo e aqui bem perto, a quem luta com bravura, com as suas vidas, por esses direitos, que consideramos intocáveis: O direito da liberdade, o direito à democracia e de cada um escolher os seus governantes, para além do direito sagrado à sua pátria.

Por isso a alusão à Revolução dos Cravos por outros que lutam pelos mesmos valores que nós, só nos prestigia pelo legado histórico, cultural, cívico, civilizacional e de desenvolvimento que simboliza o 25 de Abril para os portugueses e para todo o mundo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

17

E só nos resta enaltecer e apoiar, mesmo com custos, por tudo, mas principalmente pelo dever moral de determinação e firmeza na defesa dos valores supremos da liberdade e da paz, que defendem para si, mas também por aquilo que são os valores comuns contra os quais não podemos deixar transigir.

É por isso que apoiamos os Ucrânios na sua luta! – Contra quem ameaça, contra quem aterroriza, contra quem faz a guerra! Contra quem mata, contra quem tortura, contra quem viola, contra quem destrói! Apoiamos quem luta contra todo o tipo de terror!

O 25 de Abril foi um dia de ensinamento, foi um ponto de partida, para continuarmos a construir uma sociedade cada vez mais justa, aperfeiçoando-a sempre, com políticas que contribuam para a felicidade das pessoas.

E é por isso que aqui estamos!

Para continuar o 25 de Abril para o povo e pelos seus valores universais!

O 25 de Abril fez-se para servir o povo! Para servir Portugal e servir os Portugueses. Mas para garantirmos os direitos e liberdades fundamentais, os valores humanistas, da solidariedade e da fraternidade. E é esse o espírito que aqui hoje reclamamos e de que o PS no governo do Município nos honra em nome de todos os Barrosões.

Ao PS, com a responsabilidade nacional de governar o país na pandemia e agora na difícil tarefa de enfrentar os efeitos de uma guerra cruel e selvagem, cabe-lhe interpretar e enaltecer esses valores, na firmeza do interesse nacional, do crescimento e bem-estar para Portugal, cuidar dos mais desfavorecidos e dos territórios mais débeis e desertificados, mas colocar Portugal no lado certo da história, assumindo o fervor da grande maioria dos portugueses, com a exigência moral e na defesa desses valores cá dentro, mas no apoio a quem sofre a brutalidade da tirania e da guerra pelos mesmo valores que são os nossos!

Viva o 25 de Abril! Assinado, o membro da Assembleia Municipal João Carlos Rodrigues.”

O membro Ana Paula Adão entregou documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. Vereadores, caros colegas Deputados desta Assembleia Municipal, Digníssimo Público: muito bom dia a todos!

A propósito das obras malfeitas nas escolas do Agrupamento Dr. Bento da Cruz e na gestão insuficiente dos refeitórios.

Sobre este assunto, preocupa-me o facto do Município, muitas vezes, não cumprir com as suas obrigações, não dar resposta, em tempo útil ou razoável, aos problemas das escolas. Infelizmente, os problemas que existiam há meses e, nalguns casos, anos continuam a existir. Escolas com problemas de infiltração de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

18

água; sem espaços para os alunos terem aulas (como em Salto); sem espaços exteriores cobertos para brincar, entre outros.

Na Escola Dr. Bento da Cruz, depois de terem investido mais de um milhão de euros na requalificação e, depois de dois anos de obras, existem portas e janelas em risco de cair; continua a chover nas salas; o ginnodesportivo ficou sem aquecimento e há obras que estavam no projeto que não foram executadas.

Sr. Presidente, não seria melhor arranjar uma equipa de funcionários para passarem regularmente nas escolas e efetuarem pequenas reparações e reportarem aquelas de maior intervenção?

A propósito da gestão dos refeitórios...a empresa SINAL MAIS poderia chamar-se Sinal Menos e o Município deveria chamar-se Município Mais, ora vejamos; desde que a empresa assumiu a gestão dos refeitórios das escolas básicas e secundárias do agrupamento, na escola Dr. Bento da Cruz os alunos passaram a comer menos, menos em quantidade e menos em qualidade, por exemplo: o bacalhau passou a ser migas de paloco; a pescada passou a ser filetes de panga ou peixe gato... as quantias diminuíram drasticamente, principalmente no que diz respeito ao peixe e à carne.

Sobremesa: uma peça de fruta diminuta e, por vezes, de fraca qualidade, sem segunda opção.

Nas cozinhas das nossas escolas, paira agora, uma pressão constante por parte das funcionárias da empresa que, no momento de servir, em vez de dizerem pode por Mais, dizem: "ponha menos". Nas nossas cantinas sempre foi tida em conta a faixa etária dos alunos e se queriam comer mais um pouco, era lhes permitido. Outra questão, foi sempre a política da escola de que enquanto houvesse comida, ninguém ficava sem comer. Pois agora, ninguém pode tirar senha no próprio dia e se alguém se esquece do cartão, não come... o que se está a passar é que aumentaram as idas aos cafés e aos supermercados, é esta a alimentação correta que queremos para as nossas crianças e jovens?

O que é mais importante, a redução de custos ou a qualidade das refeições dos nossos alunos?

Está na hora do Município ser mais ativo e zelar pelos interesses dos nossos alunos;

Está na hora do Município ser mais ativo e fiscalizar e zelar pelas obras e edifícios das escolas;

Está na hora do Município ser mais e melhor para os munícipes; eu quero acreditar que assim será! Assinado, o membro da Assembleia Municipal Ana Paula Alves Adão".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

19

O membro Hernâni Carvalho disse que, depois de tanto tempo a utilizar máscaras, esta é a primeira reunião sem a obrigatoriedade do seu uso. É uma boa sensação. Mas é de salientar o exemplo no Primeiro Ministro António Costa na medida em que, no plenário, nunca abdica da máscara, deixando-nos um sinal claro de que temos de continuar esse combate e não facilitar pois o vírus anda por aí.

Assumiu que não é da área do direito, mas dizer-se “que é melhor ser-se impoluto do que arguido” ameaça o princípio da presunção de inocência. Pensa que é dar uma carga muito negativa a uma figura que serve para que as pessoas se possam defender. Os autarcas de Montalegre defenderam-se depois de serem ameaçados e ultrajados nas suas vidas pessoais, de forma persecutória, de forma que não dignifica Abril e tiveram um julgamento que a ele não o surpreende. A Presidente do Coletivo de Juizes disse que não sobravam dúvidas sobre a inocência e a regularidade do processo. Não pede que fossem custeados os devaneios de alguns, mas pelo menos que reconhecessem e pedissem desculpa. Era o mínimo que podiam fazer.

Disse que se devia reconhecer a forma como o executivo municipal recebeu as famílias ucranianas porque não entraram no devaneio de trazer centenas de pessoas e de os depositar num espaço sem os integrar. Tiveram como preocupação os sentimentos, neste momento difícil, que aquela gente tem vivido. As comemorações do 25 de abril também é exemplo disso e irá ficar na memória de todos, ao ter as famílias ucranianas ao nosso lado e fazer continência ao hino, ao sofrimento e à solidariedade àquele povo.

Frisou que há um município deste país que foi acusado de ter recebido famílias ucranianas que foram acolhidos, por gente russa ou com ligações à Rússia e até aos serviços de inteligência russos. As pessoas estão com medo, vêm fugidas da sua pátria para um lugar seguro e são outra vez ameaçadas na sua dignidade, liberdade e segurança. A ser verdade, Montalegre foi e tem sido um exemplo.

Deu os parabéns ao membro Sílvia Carneiro pela excelente intervenção que dignifica Abril. Ainda bem que foi feita no mês de abril, porque aponta problemas, porque reconhece que o Município já tem feito alguma coisa, mas que não chega. Não, não chega. O Município tem que fazer essa transição energética e climática de forma mais conseguida, mas temos todos. A chamada de atenção para as garrafas de plástico deve-nos fazer pensar a todos enquanto sociedade.

Disse que a pandemia, mal ou bem, deixou novas formas de viver e de trabalhar. Trouxe a possibilidade de estar em Montalegre e participar numa reunião que está a ser realizada em Berlim. Esse desígnio massivo do teletrabalho pode ser uma oportunidade para Montalegre e é uma forma de participar ativamente na transição energética.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

20

Reforçou que Montalegre, de todos os municípios do Alto Tâmega, é um dos poucos municípios que tem um serviço de urgência médica durante 24 horas, graças ao Partido Socialista no tempo do Professor Fernando Rodrigues. Temos que saber dizer isto lá fora, saber dizer que há oportunidades nesta terra e que se gosta de viver cá. É preciso abraçar a autoestrada 5G para chegarmos mais depressa ao mundo.

O membro Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, caros colegas deputados, caríssimo público presente.

Início a minha intervenção de hoje, em nome do grupo parlamentar do PSD, dando as boas vindas aos refugiados ucranianos que escolheram Montalegre para recomeçarem as suas vidas arruinadas por um ditador sem qualquer respeito pela vida dos seus semelhantes. Crianças que precisam de um ponto seguro para poder crescer, aprender, brincar, confraternizar e serem felizes sem medo de serem bombardeadas. Neste momento, devemos unir esforços para combater esta calamidade às portas da Europa. Os outros somos nós. Devemos acolher de braços abertos e sem aproveitamento político “pois o que a mão direita dá, a esquerda não precisa de saber”. Que a vida finalmente lhes sorria em Montalegre. E por falar em dar, no passado dia 2 de março, precisamente neste auditório, foi-nos prometido por parte da empresa Lusorecursos o paraíso em Montalegre. É preciso lembrar que esta empresa não tem qualquer experiência em mineração, mas quer apreender a “arte” num território com selo de Património Agrícola Mundial, reserva da Biosfera e à porta do único Parque Nacional do país. Faz-me lembrar um provérbio latino “o aprendiz de barbeiro aprende o ofício na barba do tolo”. Será que não aprendemos com os erros do passado? Vejam o passivo das minas da Borralha quarenta anos depois do seu encerramento. Afinal que riqueza trouxe e deixou a mineração no nosso concelho? Em suma, não há minas boas!” Assinado, o membro da Assembleia Municipal Sandra Gonçalves.”

O membro Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados: “Foram dias foram anos, à espera de um só dia, Alegrias, Desenganos, Foi o tempo que doía, Com seus rasgos e seus danos, Foi a noite e foi o dia – Manuel Alegre.” Esse dia aconteceu no 25 de abril de 1974 e marcou as nossas vidas ávidas de Liberdade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

21

Há 48 anos que os barrosões celebram com entusiasmo e orgulho a revolução dos cravos.

Este ano, e no dia 24, fomos presenteados com um espetacular concerto, feito com a prata da casa, a Banda Musical de Parafita, a voz maravilhosa do Luís Pedreira e o poema declamado brilhantemente pela Dra. Fátima Fernandes (não fosse ela uma excelente professora de Português).

Foi sem dúvida um serão maravilhoso que incumbiu no público presente a verdadeira sensação de liberdade, expressa nos aplausos de uma plateia verdadeiramente em festa.

No 25 de abril abrilhantaram a festa as corporações de bombeiros, a banda de Parafita, algumas dezenas de pessoas de cravo ao peito, mas o momento alto foi a presença de quatro famílias ucranianas, refugiadas da guerra, quatro famílias de várias faixas etárias a quem foi proporcionado um ambiente ternurento e acolhedor, quer por parte do Município, quer por todos os presentes.

Viram hasteada a sua bandeira, ouviram entoar o hino da sua Pátria e as palavras carinhosas e acolhedoras do Presidente do Município.

Estavam em ambiente de festa e escorriam-lhe lágrimas de felicidade e sorrisos de esperança, reconhecimento e gratidão.

Foi lindo! Um momento único e inesquecível!

Parafraseando Sophia de Mello Breyner: "Esta é a madrugada que eu esperava, o dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio, e livres habitamos a substância do tempo."

Por tudo isto, muitos parabéns ao Município de Montalegre, às corporações dos bombeiros de Montalegre e Salto, à banda musical de Parafita, ao Luís Pedreira, à Dra. Fátima Fernandes e felicitações às famílias ucranianas com votos de muito sucesso para que se sintam verdadeiramente integradas na comunidade barrosã. Assinado, o membro da Assembleia Municipal Fátima Crespo."

O membro Manuel Dias Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras representantes da Mesa da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores deputados, Presidentes de Junta de Freguesia, excelentíssimos vereadores, estimado Público.

Como disse um dia José Fanha no Porto: "Eu sou português aqui, mas nascido deste lado do lado de cá da vida, do lado do sofrimento, da miséria repetida, do pé descalço, do vento".

Eu sou português aqui, vem a propósito do Sr. Presidente da Câmara, aqui vir repetidas vezes, de forma deselegante dizer...os que vêm do lado de lá do Atlântico...Sr. presidente direi tantas vezes quantas necessárias forem que sou português aqui...não sou de Nova York, nem de Nanterre.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

22

BARROSÃO aqui nesta mesma Assembleia para no que a Assembleia Municipal permitir lutar. - Contra as minas a céu aberto, contra a desertificação, contra a estagnação e o marasmo, contra o seu dogma de fé de que é necessário angariar ou cativar milionários para investir em Montalegre.

E a pergunta surge naturalmente: em que se tem traduzido para benefício do concelho, as deslocações aos EUA e Canadá de representantes da edilidade no seu consulado e seus antecessores?

Qual tem sido o resultado de repetidas e numerosas delegações a Nanterre (custeadas por todos nós) para o desenvolvimento do concelho?...

E o que resta de alguns investimentos megalómanos e milionários, quer privados quer públicos tais como:

Carreira de tiro, o hotel e o projeto Landra Gerês?

O próprio Multiusos à altura um investimento de dois milhões de contos (10 milhões de euros), a Pista de automóveis em quantos milhões já vai? são investimentos rentáveis? O concelho precisava de tão avultadas infraestruturas? Permita-me dizer aqui categoricamente Sr. Presidente que esta representação concelhia não tem ideias para desenvolver o concelho.

Os últimos Censos revelam em números redondos, nove mil habitantes. Se em cada família existir uma média de três familiares, o concelho de Montalegre terá à volta de 3 mil empresas agrícolas familiares. Adicionando outro tipo de empresas do ramo comercial e da restauração o Concelho terá mais de quatro mil empresas.

E anda o Sr. Presidente preocupado em angariar investidores? ou não sabe o que fazer com as empresas que existem? E quem será o investidor que investe em atividades eco sustentáveis numa zona onde não há consumidores?

O Sr. Presidente desta edilidade não percebeu ainda que o grande problema é desenvolver políticas para fixar pessoas na região?

Onde estão essas políticas?

Há outra realidade em Barrosos para além dos bonitos discursos, mas também há formas de começar a desenvolver atividades que indiquem o virar de página. Os comunitaristas, em nome de quem falo, sabemos das dificuldades de construir um caminho nesse sentido, mas também temos a certeza de que é possível.

Como seria, a título de exemplo, fomentar e incentivar a agricultura de grupo, ou seja, juntar produtores ou produções e tantas outras medidas a implementar à volta desta ideia.

Mas se esta administração camarária não vislumbrar uma saída para inverter a situação que nos leva ao precipício, sigam o exemplo de um grande Socialista, por quem tenho muita admiração, António Guterres, um homem honesto na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

23

política que, ao reconhecer a incapacidade do seu governo levar a bom porto o que se propôs fazer, deu a oportunidade para se abrirem outros horizontes.

Se não houver a coragem de Guterres, aceitem as opiniões da oposição Sr. Presidente. Não se envergonhe de que na sua legislatura presida a humildade! E, já agora, que não lhe pareça mal aprender também com a oposição.

Diga não a Nietzsche quando disse que a política transforma as pessoas em instrumentos e inimigos.

Eu sou português aqui, também na esperança de haver respostas por parte de V.exa. e não divagar em fait divers que nada dizem.

O Sr. Presidente não responde e não respondeu ainda à questão por mim levantada de porque é que o Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes, que tem mais atletas do que o Montalegre e Salto juntos, promove encontros e eventos com as camadas mais jovens e pais, o que se enquadra com o espírito do apoio à educação e desporto e representa hoje a região em provas nacionais, é dotado duma verba orçamental inferior....

Eu sou português aqui, também para contribuir que se cumpra Abril! Viva o 25 de Abril! Assinado, o membro da Assembleia Municipal Manuel Carrelo”.

O membro Lúcia Araújo Jorge entregou o seguinte documento à Mesa: “Venho falar sobre o projeto europeu/ERAMUS PLUS: Muses desenvolvido pela Associação para o Desenvolvimento de Pitões das Júnias.

O que é o projeto e quais os seus objetivos?

O projeto "Musas" surge como resposta à necessidade de tornar visível e explorar o valor social e as oportunidades oferecidas pelo património cultural e a arte desde três perspetivas necessariamente complementares:

1. capacitar jovens trabalhadores no emprego de estratégias próprias da educação não formal (formação não institucional) e investigação social para a difusão do património cultural e a arte europeia.
2. difundir e valorizar o património cultural e a arte entre o público jovem, para apoiar o seu desenvolvimento a vários níveis, dotando-os de ferramentas que promovam renovados espaços de expressão;
3. promover a transmissão da cultura e da arte como um elemento patrimonial rico e diverso, adequado na realidade atual como ferramenta educacional, de relacionamento social e intergeracional, dando prioridade à igualdade entre as pessoas e não discriminação por questões de género, classe ou idade. É importante romper com a ideia elitista, consumista e estereotipada da cultura, do património e da arte.

Estratégias de desenvolvimento do projeto: para conseguir esta missão desenhou-se uma estratégia de 16 meses na que os jovens entre os 13 e os 18



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

24

anos e trabalhadores juvenis provenientes de 3 países (Portugal, Espanha e Itália) trocaram e experimentaram boas práticas com novos métodos para fomentar a participação, conexão e empoderamento juvenil num ambicioso processo fundamentado na metodologia formação-investigação-ação. A questão processual abordou-se a partir de três conteúdos essenciais, conforme as especialidades de cada um dos parceiros: 1) abordagem de género e questões educativas; 2) técnicas artísticas e performativas; 3) técnicas de investigação social, entrevistas e recolha de testemunhos orais (caso de Portugal).

Atividades principais: as atividades principais que operacionalizaram este projeto foram um intercâmbio juvenil "Procurando Musas" (não são unicamente mulheres, mas pessoas que de alguma forma trabalham com o objetivo de eliminar estereótipos de género, classe ou idade), com os objetivos:

- analisar os estereótipos por motivo de género vigentes no âmbito cultural e artístico;
- partilhar o processo de investigação social;
- empoderar os jovens para a criação artística, coletiva e crítica e tornar viável o património cultural e artístico europeu.
- investigação, mapeamento e registo audiovisual: inclui a identificação de cinco "musas" em cada país, visitas de estudo, entrevistas e registos audiovisuais com telemóveis, edição dos vídeos e difusão em RRSS.

Resultados: fruto deste processo contamos, no momento, com uma galeria de 15 vídeos onde se recolheram experiências inspiradoras de pessoas criativas, artistas e/ou que trabalhem no âmbito cultural e das artes para enfrentar preconceitos com base no género e mostrar a diversidade e riqueza do património cultural e artístico europeu. Elaboraram-se mapas interativos e guias didáticos para tornar a sua utilização mais atrativa e proveitosa.

Um dos resultados finais deste projeto foi o desenvolvimento do guia didático "Dinamização cultural com perspetiva de género para adolescentes", com um compêndio de atividades disponíveis nos canais do projeto para serem utilizadas, replicadas e/ou adaptadas por quem o deseje. A qualidade das atividades propostas está válida pela experiência das entidades parceiras, pela grande rede de parceiros locais e pelo rigoroso processo de avaliação que se promoveu. É um projeto cujos resultados são de grande utilidade para profissionais no âmbito educativo (institucional ou não institucional), do âmbito cultural e patrimonial, já que estão validados por uma experimentação e avaliação exaustiva e serão suscetíveis de serem aplicados nos seus contextos de intervenção. Quisemos que as ações, produtos e resultados do projeto fossem inspiradores, práticos e totalmente transferíveis, pelo que são multilingues e estão disponíveis online sob licença Creative Commons.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

25

Todo o projeto é de consulta pública pois encontra-se apoiado por um site e respetivas redes sociais. <https://museserasmusplus.weebly.com/>; <https://apdpitoe.com/>; instagram: #museserasmusplus; Facebook: Muses Erasmus Plus.

Entrevistamos mulheres de grande valor na nossa terra e, neste seguimento, não vou aqui deixar de referir duas jovens grandes MUSES do nosso concelho: Lidy Alves (Miss Portuguesa) e a Salomé Ribeiro (Miss Teen de Vila Real) que pela sua beleza, também representaram o nosso concelho e com estes títulos conquistados, fizeram-se representar em vários eventos institucionais e até pelos seus vídeos promocionais, têm vindo a divulgar e a dar a conhecer os tesouros patrimoniais do concelho, os nossos eventos (feira do fumeiro, sexta feira 13, etc.) e a nossa gastronomia local.

Deixo aqui o nosso reconhecimento pela forma como têm vindo a promover o nosso concelho e acreditamos que estas jovens são umas grandes MUSES da nossa terra, como assim o são e foram as suas mães e as suas avós. Resta-me agradecer-vos a vossa atenção por esta minha intervenção. Obrigada. Assinado, o membro da Assembleia Municipal Lúcia Jorge.”

O membro Nuno Alves Pereira entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, caras e caros deputados municipais, Senhoras e senhores. Duas notas prévias:

Não se pode dizer que é melhor ser impoluto que arguido. Enquanto vereador, fui arguido sem me serem apresentados factos que o justificassem como se constatou. Fui arguido e impoluto.

Contrariamente ao que se diz, e como já o aqui referi, nem todas as opiniões são respeitáveis. Lembrar o conhecido paradoxo de Popper: a tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da tolerância.

A covid 19 foi, a todos os títulos, mais que um teste à paciência e à capacidade e resistência de cada um, foi uma verdadeira prova da capacidade de resposta aos problemas que diretamente dela resultaram. Claro, e antecipando já o contra-argumento, que os problemas apenas se tornaram mais claros com a crise sanitária, mas não deixa de ser igualmente claro e relevante a capacidade que um pequeno País, periférico e pobre, teve para colocar jovens, trabalhadores, estudantes e famílias num grau de proteção que, vistas as condições originárias, só se pode considerar surpreendente. A pronta resposta no apoio extraordinário aos rendimentos dos trabalhadores, a proteção do emprego com o Layoff simplificado, a linha de crédito com garantias públicas às empresas, as moratórias de crédito criadas são, entre muitos outros, exemplos de uma resposta rápida e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

26

eficaz no debelar dos efeitos potencialmente multiplicadores de um desastre que, aqui e ali, se anunciava. Este esforço não provocou o desnorte nas finanças públicas, apesar da previsão de aparecimento do diabo, registando-se hoje tendências de crescimento assinalável e de redução da dívida pública, interrompidas pela crise, num quadro de contas certas!

Tratando-se de uma crise sanitária, importa de forma clara destacar o assinalável êxito da resposta pública, dando destaque à prontidão e importância do sistema público de saúde. Sim, resposta eficaz onde outros "candidatos" falharam, assistindo até ao fecho de unidades privadas de prestação de serviços de saúde, talvez por não fazerem parte da solução. Será o momento de deixar um sublinhado na urgência de uma consciencialização plena da importância deste serviço e do inestimável papel que desempenha na garantia das liberdades fundamentais do povo. O direito à saúde deve ser um direito fundamental que deve congrega todos na defesa do serviço nacional de saúde, do seu efetivo financiamento e reforço de meios materiais e humanos. Dotações que nem sempre foram feitas e, o mais das vezes, com a clara intenção de o degradar para, depois, lhe dar a machada final, reduzindo-o a um serviço de saúde dos pobres. Sim dos pobres, intenção manifesta na proposta ioiô do PPD de converter o serviço nacional de saúde num sistema nacional de saúde, cujo acesso, diziam, e não de dizer, "não pode, em caso algum, ser recusado por insuficiência de meios económicos". Isto é, a classe média passaria a pagar os serviços de um sistema tendencialmente gratuito e então a ficar dividido entre os que podem pagar bem, medianamente e não podem pagar. A crise do covid 19 deu uma resposta inequívoca, revelando as vantagens democráticas de um serviço nacional de saúde. Sim, democráticas, que democracia não significa votar, mas tão só participar com o seu voto na definição da forma mais justa de distribuir, não igualmente, mas equitativamente, por todos os recursos e as vantagens da vida em comunidade.

É esta ambição de mais democracia que serve para concluir esta breve intervenção ao mesmo tempo que deixo uma nota mais no já bem preenchido bloco de notas que o executivo municipal tem de alertas para o futuro imediato. Para pessoas da minha geração, liberdade nunca significou apenas liberdade de escolha. Verdade era a de a escolha ser escassa por maior liberdade que se imaginasse ter. Liberdade de escolha é a forma mais pobre e indigente do que se pode chamar liberdade, forma enviesada de difusão de ideias libertarinas, fundamentalistas, de cariz negativo, que chegam a equiparar liberdade com o uso discricionário da propriedade e que vê no outro, não o ser social que inevitavelmente cada um é, carregado de direitos e deveres, mas apenas o limite à minha liberdade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

27

Os tempos que se aproximam podem ser para cada um de nós e para a comunidade que as instituições públicas servem tempos de prova e de privação, tempos que levarão ao limite a capacidade de resistência ao afloramento dos egoísmos classistas, ideológicos, económicos e étnicos; tempos em que as verdadeiras escolhas se podem tornar vitais para o gozo de uma vida boa. Esse tempo, que esperamos não aconteça, testará a nossa ideia de liberdade. Ser livre, senhores e senhoras, não significa apenas poder escolher: ser livre significa ter possibilidades de poder escolher. Por isso, se pugna por políticas públicas, para as quais os orçamentos futuros são ferramentas importante garantir a segurança das pessoas, para promover a formação das pessoas, o investimento para criar riqueza e se poder consistentemente ambicionar mais riqueza. Não, não se deve produzir primeiro para distribuir, mas, primeiro distribuir bem para poder produzir mais. O problema endémico do país não é a fraca produção, mas a fraca distribuição de recursos educacionais e culturais que inviabiliza a inovação e a fraca produção de riqueza. Assinado. O membro da Assembleia Municipal Nuno Pereira”.

O membro José João Carvalho de Moura fez uma intervenção em defesa da honra e em nome da bancada do PSD pois vários foram os membros do Partido Socialista que exigiram um pedido de desculpas e o PSD não vai fazer pedido de desculpas nenhum. Alegou que não tem conhecimento do processo em causa e nem sabe se o dito processo já transitou em julgado. Sempre defendeu que à política o que é da política, à justiça o que é da justiça.

Os membros do PS leram algumas partes do acórdão do Coletivo de Juízes, mas esqueceram-se de mencionar o final em que a Senhora Presidente do Coletivo de Juízes disse aos autarcas para não se colocarem a jeito e deverem fazer as coisas o mais corretamente possível, evocando a expressão popular “À mulher de César não basta ser honesta, tem que parecê-lo.”

Relativamente ao assunto a que o PSD, supostamente, deveria pedir desculpas, isto põe em causa a própria revolução de Abril. Foi conquistado o direito à oposição e este grupo vai continuar a fazer o seu papel escrutinador e fiscalizador das contas do Município e quando detetarem uma ilegalidade a denúncia vai ser enviada a quem de direito. Depois, se o Ministério Público achar que há matéria para avançar, o Ministério Público é que constitui os arguidos. Por isso, se há alguém que tem que pedir desculpas é o Ministério Público.

Inscreveram-se para intervir os membros Sandra Gonçalves, Mário Mendes e João Carlos Rodrigues.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

28

O membro Sandra Gonçalves, em representação do Grupo Municipal do PSD, apresentou a seguinte proposta de voto de louvor e reconhecimento ao Tenista Francisco Cabral: "Francisco Cabral, nascido a 8 de janeiro de 1997 no Porto, com origens na freguesia de Salto, os avós maternos nasceram, cresceram e trabalharam na aldeia da Borralha.

Francisco Cabral é um reconhecido tenista, a nível internacional, que iniciou o seu percurso na modalidade no ano de 2007.

Em 2018 estava entre os mil melhores jogadores de ténis do mundo em singular e nos trezentos melhores jogadores do mundo em pares.

Francisco Cabral sagou-se vice-campeão nacional em singulares em 2015, 2016 e 2019.

Foi 9 vezes campeão de pares a nível nacional em diferentes provas.

Foi Campeão de pares na Tunísia F32 em 2017.

Em Abril de 2018 participou na Estoril Open com Wildcard atribuído pela organização.

Também no ano passado dia 4 de abril, Francisco Cabral ascendeu ao centésimo vigésimo primeiro lugar do ranking mundial de pares e tornou-se no novo número um português da variante.

Com sete títulos Challenger no currículo, Francisco Cabral está mais perto do que nunca da estreia no top 100 mundial.

Considerando todos estes títulos meritórios e de relevância nacional e internacional, o Grupo Municipal do PSD vem propor à Assembleia Municipal de Montalegre este voto de louvor e reconhecimento pelo seu percurso de excelência. Assinado, o membro da Assembleia Municipal Sandra Gonçalves."

O membro Mário Mendes, em relação à proposta de louvor apresentada, disse que pelo facto de os avós serem naturais de Salto e pelo excelente trabalho e patamar de excelência deste atleta, pensa que a proposta deve ser aprovada. Contudo, concorda com o Senhor Presidente da Assembleia em que não se devem banalizar os votos de louvor.

O membro João Carlos Rodrigues disse que é a favor de todos os desportistas e dos seus méritos, mas pensa que os votos de louvor devem ser feitos em situações únicas e excepcionais. Admite que, talvez por sua ignorância, não tinha conhecimento deste atleta. Teve alguns feitos, assim como tantos outros desportistas. Não se deve banalizar o voto de louvar e a associação alheia desprestigia o órgão e também a política e os políticos. Este voto de louvor merece o voto contra da Assembleia e sugeriu que o grupo parlamentar que o propôs que o retire.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

29

O Senhor Presidente da Assembleia alertou para a possível vulgarização e banalização do reconhecimento pela Assembleia Municipal, o que se deve evitar. Poderá não ser o caso, mas a associação de prestígio alheio à terra sem a devida justificação, pode fazer perder credibilidade às posições deste Órgão em tais matérias.

O membro Sandra Gonçalves disse que o documento entregue à Mesa tem como título “voto de louvor e de reconhecimento ao tenista Francisco Cabral”. Portanto, acha que é claro que não se está a enaltecer a mãe do jovem por ser mãe dele. Enalteceu o jovem pela carreira desportiva que ele está a desenvolver e o facto do Senhor Presidente não conhecer o atleta não é motivo para não colocar a proposta a votação dos demais.

Deliberação: A proposta de voto de louvor e de reconhecimento foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara disse que na política há os que fazem e os que andam atrás dos que fazem a contestar, a denegrir o trabalho dos fazedores. Esta é a síntese que ressalta de todas as intervenções: há velhos com mente de gente nova e novos com mentes velhas. Ele, pelo menos, tenta aprender um pouco todos os dias e com quem tem capacidade de ensinar alguma coisa.

Ao nível dos contributos e do positivismo que alguns trazem a esta assembleia, não pode deixar de realçar a colaboração prestada pelos membros Sílvia Carneiro, Hernâni Carvalho, João Carlos Rodrigues e Francisca Martins. Sobretudo aqueles que trouxeram o tema da transição energética, a questão da sustentabilidade e os contributos que cada um de nós pode e deve fazer todos os dias para deixarmos um planeta com capacidade de gerar vida e de sustentar aqueles que virão atrás de nós. Agradeceu esses contributos. Ele, na sua vida pessoal, tenta fazê-lo e, como autarca, tem o dever de o fazer e impor. Nunca se irão atingir os objetivos pretendidos quando se veem as bermas das estradas como autênticos vazadouros de lixo. Devemos ter consciência do uso excessivo dos carros e do consumo excessivo de combustível de que resulta grande parte da poluição. A pista automóvel, sob este ponto de vista, um mau exemplo.

Disse que se falou sobre o Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes, mas esqueceram-se de falar de outras coletividades desportivas que também estão a ter excelentes prestações, inclusivamente o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre que todos esperamos se mantenha na divisão em que está. A prática que a Câmara tem de apoio a todos eles é tudo ao contrário do que o PSD deseja, pois, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

30

mandato anterior, votaram sempre contra esses apoios. Descobriram agora que clubes e associações existem. Mais uma vez andam a reboque das conveniências do momento.

Agradeceu os reparos de quem diz que o Município faz muita coisa, mas que deverá fazer mais, inclusive na dinamização de atividades culturais. Mas também acha que os munícipes devem fazer mais, participando e não deixando as cadeiras vazias quando um evento cultural é organizado. Os contributos da Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Pitões das Júnias e o membro da Assembleia Municipal Fátima Crespo aqui trouxeram, evidenciando aquilo que se faz na respetiva freguesia, são exemplos a ser seguidos pelos demais.

Fazer com que a CIM deixe de ser CIM do Alto Tâmega e incorpore Barroso na designação oficial é afirmação, incorporação da vaidade e do imenso orgulho de sermos quem somos. Tudo ao contrário do que se fazia em tempos de má memória, como quando um autarca do PSD, teve como opção integrar o concelho de Montalegre na Comissão de Turismo do Alto Minho, quando aqui ao lado havia a Comissão de Turismo do Alto Tâmega que mais tarde graças à opção dos autarcas do PS na Câmara de Montalegre viria a designar-se oficialmente Comissão Regional de Turismo do Alto Tâmega e Barroso. Isto sim, é que é forma de transformação das sociedades/ promover e qualificar o território.

Disse que Montalegre tem uma população envelhecida e de baixa natalidade, assim como todo o interior do país e da Europa. Imputar responsabilidades ao executivo municipal é enganarem-se a si próprios.

Salientou que sendo a política o confronto de ideias faz sentido que os utilizadores do púlpito desta Assembleia deem expressão ao impulso alternativo de que são portadores em contraponto à prática reiterada da crítica sórdida ou de ataque soez. Não está em causa o direito ao escrutínio. Está em causa sim a forma co o este se faz. E o que o PSD sabe bem-estar em choque frontal contra os valores, os princípios, a pacificação da comunidade barrosã, a ética e a moral republicana. Honrar a política é promover o seu enraizamento e credibilização. Fazer passar a rotineira mensagem do serem todos iguais é afugentar os cidadãos, particularmente os jovens, é destruir o meio mais imediato e eficaz de construção das sociedades.

Acerca da proposta apresentada pelo PSD de reforço dos apoios ao sector produtivo local teve oportunidade de esclarecer os proponentes que o município aporta mais de 1,5 milhões de euros por ano do seu orçamento para apoio ao sector primário. Nenhuma autarquia se compara à Câmara de Montalegre. E se é verdade que os custos de produção aumentaram, o gasóleo sobe todos os dias, a inflação galopa, os adubos e rações acompanham esses movimentos e disparam, a verdade é que se trata de uma situação que afeta todos os sectores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

31

da sociedade barrosã ou portuguesa. E ninguém está a salvo de tamanha afronta à estabilidade do seu quotidiano ou ao êxito da sua atividade. Bombeiros que prestam socorro em contínuo, Instituições de Solidariedade Social que se vêm a braços para ter os seus espaços aquecidos, famílias inteiras do RSI, operários do salário mínimo, cidadãos desempregados sofrem mais do que ninguém os efeitos desta inusitada crise saída da Covid e que a guerra da Ucrânia agravou. Não faz assim qualquer sentido a proposta do PSD. E só o oportunismo político de se colar a tudo quanto rende votos a pode explicar.

Mas para além de oportunista a proposta é absolutamente descabelada. E é um cartão vermelho a tudo quanto os Vereadores do PSD se prestaram no mandato anterior.

Senão vejamos: o executivo municipal propôs que os apoios ao sector produtivo local sejam canalizados através da Coopbarroso que para o efeito criou e os Vereadores do PSD não só não apoiam como tecem considerações do género, e transcrevo: "O protocolo com a Coopbarroso esta a dar poder a mais à Cooperativa. E faz lembrar o modelo monopolista que existiu há uns anos atrás e que correu mal". Mais disseram: "Avaliamos negativamente estas propostas porque abre a porta a comportamentos monopolistas de má memória."

Foquemo-nos agora nos apoios que o Município deu aquando a pandemia e que o PSD considerou aproveitamento político. Ou no projeto de 500.000,00€ de qualificação dos restaurantes a que o PSD se opôs com o soberbo argumento e transcreve-se. "Precisamos de uma restauração melhor que não sirva gato por lebre. Não nos associamos ao projeto de qualificação dos restaurantes."

De daqui partirmos para o projeto implementado pelo executivo municipal de valorizar a fileira idiossincrática de produção de batata de semente logo veio o PSD afirmar alto e bom som a barbaridade sem sentido "não tem viabilidade. O país rural já não existe."

E que dizer da venda de lotes nas zonas industriais de Montalegre e Salto que põe o PSD a votar a favor ou contra conforme a cara ou afinidade partidária do comprador? Parece mentira. Só que é verdade. E o desnorte continua com a proposta de aprovação de projetos agropecuários em Golas/ Salto e Gralhós sendo este de muito altíssima relevância e em que o PSD se absteve.

Iguais posições tomaram relativamente aos projetos de construção de um hotel em Montalegre e outro em Parafita, cujos promotores solicitaram declaração de interesse municipal com que se musculam as candidaturas dos fundos comunitários. Apoios canalizados para a Associação de Criadores de Gado de Raça Barrosã, ou para o combate à vespa asiática e à galha do castanheiro de que depende a vida de tantos barrosões a tudo isso o PSD foi indiferente. E como se tanto desnorte não fosse demasiado penoso e triste eis que se prestaram a,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

32

face aos apoios dados pela Câmara aos Bombeiros de Montalegre e Salto, considerar “não perceberem porque recebem os dois corpos de Bombeiros o mesmo” mais disseram: “iremos controlar a execução deste contrato”. Diga-se a este propósito, que se está perante um protocolo e não contrato. Coisas bem diferentes que os políticos não podem confundir. Esta súpula de contradições do PSD não é invenção do Presidente da Câmara. Tudo isto existe, está escrito, consta das atas e não abona a favor de quem tem por missão honrar a política e colocá-la ao serviço da terra, Barroso e dos Barrosões.

Virem agora os representantes do PSD reclamar apoios para aquilo que sempre combateram não é sério, é brincar à faz de conta, cheia a hipocrisia e a desorientação.

Acerca da condição de arguido que o PSD não se cansa de propalar disse que é algo que só acontece aos fazedores. Aqueles que nunca deram nada de si à causa pública e passaram uma vida inteira no entretenimento ou a colecionar cursos jamais estarão sujeitos a tal.

Referiu que se preza de haver dedicado toda a sua vida á cidadania e causa pública. E se algo de errado alguma possa ter feito fê-lo em defesa de causas nobres e do interesse público.

Apreciou a lição de direito dada à definição de arguido. Aguarda que o entendido nestas matérias possa um dia explicar a esta Assembleia o que significa ser-se impedido. Haverá, por certo, uma grande diferença, e pessoalmente gostaria de saber.

Falou do assunto da mineração dizendo que já chegou o contributo dado pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e que brevemente o fará chegar aos Senhores Vereadores e à Associação Montalegre com Vida. A posição da Câmara é a de sempre. Aquela que foi anunciada desde o primeiro dia. E por mais que a infâmia queira associar o Presidente da Câmara ao que quer que seja, a posição deste tem sido sempre a mesma, não faz piruetas. Aqueles que as fazem deviam ter vergonha e ter ao menos o bom senso de não apontar o dedo à coerência e firmeza de convicções.

Terminou falando da Feira de Nanterre. Disse que foram convidados os Presidentes da Junta a quem o Município ofereceu a viagem como tem sido prática. ao contrário do que alguns dizem. A Câmara Municipal oferece um jantar onde estão os Presidentes da Junta que vão ao encontro da sua comunidade. Esta viagem a Nanterre está a ser aproveitada politicamente pelo PSD só porque o CEO da Lusorecursos aparece acidentalmente numa foto de grupo. Que lhes sirva de proveito.

Disse, por último, que o membro José João Moura escreve bem, mas antes de atirar pedradas fazia-lhe bem mirar-se ao espelho lá de casa. Talvez fique a



perceber quem politiza Nanterre, quem denigre ou se serve dos emigrantes e quem se presta à indignidade da colagem a conveniências pessoais e políticas. Devia ver o telhado de sua casa e ver quem é que realmente faz piruetas e vira o “bico ao prego”. Disse que um fundador do PSD Montalegre apoiou o PS, como se poderá ver numa fotografia que mostrou, e só não apoiou a candidatura do Orlando Alves porque este não dá rebuçados a ninguém.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata nº 1 da sessão ordinária do dia 25 de fevereiro, do ano 2022;

A ata da sessão ordinária do dia 25 de fevereiro foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Nuno Pereira, António Eduardo Batista Santos e Nuno Daniel Branco.

2.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.3. A Bancada do Partido Socialista apresenta o seguinte voto de reconhecimento a Salomé Ribeiro que foi eleita MISS TEEN VILA REAL 2021 e Miss popular Vila Real e que prestigiou assim, o nosso concelho;

A Bancada do Partido Socialista retirou a proposta de voto de reconhecimento.

2.4,2.5,2.6,2.7 e 2.8 - Voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Flores e voto de pesar pelo falecimento da Dr.ª Margarida Pias Canedo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

34

Os votos de pesar contidos nos pontos 2.4, 2.5, 2.6, 2.7 e 2.8, foram agregados em duas propostas conjuntas do PS, do PPD/PSD, CDS/PP, da Assembleia Municipal e dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia.

Inscreveram-se para intervir os membros José João Carvalho de Moura, Alberto Fernandes e Acácio Gonçalves.

O membro José João Carvalho de Moura disse que concordam com os votos de pesar, mas alerta para o facto de, no Regimento da Assembleia Municipal no artigo 21º, ponto 2, dizer que os assuntos indicados e o pedido correspondente ser apresentado por escrito para constar no Período da Ordem do Dia e tem que ter uma antecedência mínima de 5 dias úteis à data da sessão ordinária. O que se vê no documento é que os documentos do PS foram dados no dia 22 e por isso não cumpre os dias úteis. Mas o mais grave não é isto. É o facto do despacho assinado pelo Senhor Presidente da Assembleia ter a data do dia 7 de abril. Como é que um documento que entra dia 22, tem despacho do dia 7, perguntou. Isto aqui parece uma falsidade de documentos. O PSD é a favor dos votos de pesar apresentados pelo Partido Socialista, mas tem este reparo à Mesa e que de futuro não se volte a repetir.

O membro Alberto Fernandes disse que é a favor que seja elaborada uma proposta conjunta dos votos de pesar dado o facto de serem duas pessoas que tanto fizeram por este concelho.

O membro Acácio Gonçalves disse que se vai associar ao voto de pesar se houver consenso entre os dois partidos, no entanto deixou o seguinte voto de pesar pela Dra. Margarida Canedo e pelo Padre Manuel Flores: "O Grupo Municipal do CDS associa-se ao voto de pesar dos outros dois grupos municipais pelo falecimento da Dra. Margarida Pias Canedo que deixou um vazio em toda a região barrosã onde como diretora do Externato Liceal de Montalegre e mais tarde professora da Escola Preparatória D. Nuno Álvares Pereira e munícipe na sua sã convivência social e cultural a que se dedicou toda a sua vida moldando uma juventude de carácter na região associando uma mãe familiar dedicada e extreme.

O Grupo Municipal do CDS também se associa ao voto de pesar do padre Manuel Flores que nos deixa fisicamente e que no aspeto moral, cultural e social a que se dedicou toda a sua vida perdurará transmitindo a sua juventude profundamente religiosa na região o valor e dedicação num modo geral aos que tiveram a felicidade de partilhar a sua amizade. Que a terra lhe seja leve. A toda a família e amigos um voto de pesar."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

35

O Senhor Presidente da Assembleia disse que o que o membro José João Moura disse pode voltar a acontecer, pois o próprio PSD já mandou algumas propostas para o seu e-mail. Ele recebe as propostas, mas pode mandá-las de imediato para a assembleia ou não. Ele pode receber propostas pessoalmente e não pode dizer que não recebeu, pode é não dar entrada de imediato na Câmara.

Deliberação: O Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Manuel Flores e o Voto de Pesar pelo falecimento da Dr.^a Margarida Pias Canedo foram aprovados por unanimidade.

2.6. O Grupo Municipal do PSD propõe um voto de Louvor e de reconhecimento a toda a estrutura do Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes;

Inscreveram-se para intervir os deputados João Carlos Rodrigues, José João Carvalho de Moura e Manuel Carrelo.

O membro João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "As propostas de votos de louvor devem acontecer em situações únicas... excecionais Permitam-me que refira a minha condição de insuspeito relativamente a esta associação, já que fui atleta com muita honra e vaidade e pela relação que daí adveio com a direção e o seu presidente, para dizer que esta proposta está desprovida de qualquer sentido neste momento.

É descabida e revela uma tentativa de aproveitamento partidário declarado antecipadamente. E já agora recheado de hipocrisia uma vez que a oposição não vota favoravelmente uma única proposta de atribuição de subsídios às associações e clubes desportivos.

Faltam 6 jogos para acabar o campeonato da divisão de honra da AF de Vila Real, caso não tenham o conhecimento da sua designação! Faltam jogar, portanto 18 pontos. Pode subir? Pode. Mas também pode não subir. Não se deve por isso deitar foguetes antes da festa. Mas a oposição é isto, manda foguetes apanha as canas, aproveita tudo e todos para proveito político.

A proposta roça o ridículo. Um desconhecimento total do que é o futebol, do que são os campeonatos e é um enorme desrespeito para com a instituição porque é aqui usada para fins partidários. Se os votos de louvor são para situações únicas e excecionais, aqui está a prova de que a oposição desrespeita todas as outras coletividades que têm inúmeros jovens a praticar, que conquistam e que podem conquistar ainda até ao final da época desportiva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

36

E de que todos contribuem também para o mediatismo e divulgação da nossa terra e dos nossos produtos.

Já tivemos aqui menções de reconhecimento, que também fizemos e seguimos, e a seu tempo haverá, caso se justifique, a devida atribuição de mérito.

Não devemos banalizar os votos de louvor. Isso é descredibilizar a política e os políticos. É desvalorizar este órgão.

Merece, por isso, esta proposta, por ser escandalosamente oportunista e fora de tempo ser rejeitada, se não for retirada pelo grupo parlamentar do PSD. Assinado, o membro da Assembleia Municipal João Carlos Rodrigues.”

O membro José João Carvalho de Moura disse que não se entente porque é que o PS retirou o voto de louvor à Salomé Ribeiro. E o que está em causa no voto de louvor ao Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes tem a ver não só com os resultados, mas com a massa associativa e número de atletas.

O membro Manuel Carrelo disse que 95% do trabalho da fundação do Grupo Desportivo se deve a ele, sem falsa modéstia. O campo de Vilar foi ocupado em terrenos que pertencem ainda à sua família. “Mas quem faz o que deve, devia o que faz”, como dizia o Bispo de Setúbal.

Disse que o Vilar de Perdizes tem 9 equipas. Ainda esta semana houve lá um encontro de crianças e pais, que toda a gente elogia e estranha por se fazer numa aldeia e não numa cidade. Isto é uma força gigantesca numa aldeia que está longe dos grandes centros decisores. Tem 140 atletas federados e é um grande esforço da estrutura que teima em fazer daquilo um grande clube. Só prestigia o concelho e deve-se ter isso em conta.

Deliberação: Rejeitada com treze votos a favor dos membros José João Carvalho de Moura, Bárbara Matos, Sílvia Carneiro, Ana Francisca Martins, José Ricardo Branco, José Acácio Gonçalves, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão, Manuel Carrelo, Acácio Gonçalves, Alívio de Freitas Dias, Germano Batista e Márcio Azevedo e com dezassete votos contra dos deputados João Soares, João Carlos Rodrigues, Mário Mendes, Susana Barroso, Fátima Crespo, Sandra Catarina Gonçalves, Aníbal Ferreira, Daniel Reis Afonso, Júlia Verde, António Eduardo Batista dos Santos, Hernâni Carvalho, António Miranda, Fernando Rodrigues, Manuel Carvalho, Olímpia Vinhas e Alberto Dias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

37

2.9. Relatório de Atividades & Prestação de Contas Ano 2021 – Apreciação;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os membros Sandra Gonçalves, José João Carvalho de Moura e João Carlos Rodrigues.

O membro Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Neste relatório de atividade do ano transato estão planadas diversas obras mal-executadas, tal como a estrada de Amiar-Pereira que, além de estar inacabada, com falhas graves e com sinais de degradação e ainda não passaram 9 meses desde a última em que supostamente o empreiteiro esteve a realizar acabamentos.

Quem circula naquela estrada vê vários ferros a sair de betão onde os peões se podem magoar, postes inclinados para a via, muros rachados, valetas inacabadas, alcatrão remendado e constantemente com gravilha na via o que danifica os pneus das viaturas, além de poder causar despistes.

O município não fiscaliza as suas obras? Como e que podemos continuar a pagar obras mal-executadas? Vão acionar as garantias para corrigir as lacunas?

O Presidente da Câmara insulta consecutivamente a deputada Paula Adão por trazer aqui os problemas existentes nas obras da Bento da Cruz, referindo inclusivamente que a culpa das infiltrações no telhado e restantes problemas são causados pelos alunos por falta de supervisão inclusive da direção, direção essa da qual faz parte a deputada Ana Paula Adão e traz aqui este problema com conhecimento de causa e não pela falta de qualidade do empreiteiro. É a segunda vez que o Presidente da Câmara faz referência ao laço familiar da deputada com o Vereador José Moura Rodrigues, quando o Partido Socialista é ás na promiscuidade na distribuição dos cargos políticos e profissionais.

O Presidente da Câmara deveria sim estar preocupado em acionar a garantia das obras mal-executadas, contratar empreiteiro com profissionalismo e credibilidade, que garantam a qualidade na execução das obras. Assinado, o membro da Assembleia Municipal Sandra Gonçalves.”

O membro José João Carvalho de Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “A apreciação que os deputados do PSD fazem do Relatório e contas referentes ao ano de 2021 é, tal como sucede quanto aos documentos de prestação de orçamentos participativos da Câmara Municipal, sempre condicionada pela curta antecedência a que tiveram acesso à respetiva documentação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

38

Os diversos documentos para apreciação e fiscalização que constam da ordem de trabalho só foi disponibilizada via e-mail uns 65 horas e outros 12 horas antes da data e hora de início da sessão ordinária estabelecida, e como facilmente se compreende, não é humanamente possível que se possa fazer qualquer tipo de apreciação fidedigna ou análise a documentos deste tipo e natureza e com a importância que deveria ter e por todos deveria ser respeitada. O prazo para aprovação das contas deveria ser legalmente alargado para que técnicos, auditores e autarcas, todos, pudessem fazer um bom trabalho e não implicasse um esforço enorme para cumprimento de prazos.

O investimento subiu é certo, em relação ao exercício anterior, mas ainda assim muito aquém das necessidades profundas do nosso concelho, gritantes em várias freguesias.

Conforme já afirmamos anteriormente, não podemos considerar uma boa gestão aquela que assenta em prejuízos, e mais uma vez o município apresenta na demonstração de resultados 1 milhão 870 mil 696 euros de prejuízo no exercício, com resultados transitados negativos em 41 milhões 355 mil 984 euros.

Antes de mais devo referir a não execução das previsões. Ou seja, vocês tinham uma previsão de receita de 25 milhões 390 mil 692 €, e a receita efetivamente cobrada cifrou-se nos 23 milhões 973 mil 181,27 €. Portanto, são 1,42 milhões de euros de diferença.

Na sequência das intervenções nas assembleias municipais, em nome do PSD, sobre esta questão, em que vivemos uma situação invulgar, com inúmeras restrições e limitações por causa da pandemia, o PSD sempre defendeu, uma verba suplementar da intervenção da Câmara Municipal no apoio às empresas e no apoio aos munícipes. Houve ajuda ao comércio local é verdade, mas nesse domínio o que importa, aos Montalegrenses e às empresas do concelho, é que devia ter sido, e havia condições para ter sido, sem pôr em causa a saúde financeira da Câmara Municipal, muito mais robusto, muito mais intenso. Portanto, essa é a principal crítica que eu tenho a fazer à prestação de contas que está aqui apresentada. A Câmara Municipal devia ter feito um esforço muito maior de apoio aos comerciantes, às pessoas individuais, aos agricultores e aos empresários, no sentido de os salvaguardar da pandemia que ocorreu.

E verificamos que num ano difícil para a economia local com o COVID 19, quando analisamos o plano de atividades municipal e o Plano de investimentos, constatamos que o executivo optou por cortar ao nível do PAM mais de 1 milhão de euros e a nível de PPI mais de 2 milhões de euros, particularmente nas funções sociais.

Sr. Presidente, ao PSD, preocupa-nos mais o investimento, seja quanto ao critério, quanto aos valores nominais, ou o seu grau de execução.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

39

Preocupam-nos as obras urgentes ao nível do melhoramento da qualidade da água.

Preocupa-nos a necessidade urgentíssima de substituição de infraestruturas de saneamento velhas e desajustadas às necessidades atuais.

Preocupa-nos a pouquíssima penetração do saneamento básico em várias freguesias do nosso concelho, mais de 40 anos depois de instituído o Poder Local.

Preocupa-nos a inércia na captação de investimento privado.

Preocupa-nos a desertificação e a ausência de uma política que a combata e minimize.

Preocupa-nos as questões ambientais bem como turismo associado sem que se perca a denominação de Património Agrícola Mundial.

Preocupa-nos a ação social, a cultura e o desinvestimento nos mais jovens.

E todas estas preocupações só têm uma solução Sr. presidente: mais e melhor investimento.

Termino, referindo que continua a haver uma opinião com reservas dos Revisores oficiais de contas, que na sua auditoria de certificação legal de contas, continuam a referir que falta uma avaliação e validação dos ativos fixos, cuja última inventariação foi em 2003, e continuam a levantar reserva em relação à adequação do valor em provisão para fazer face ao litígio com as águas do Norte, que reclamam mais de 2 milhões 574 mil e 424 euros, relativo aos consumos mínimos de água e correspondentes juros, com processos pendentes em curso. Sendo assim e após a apreciação crítica sobre o exposto, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, abstêm-se na apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Exercício Económico de 2021. Assinado, o membro da Assembleia Municipal José João Moura.”

O membro João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Este é um relatório que confirma as boas contas e a confirmação de que os barrosões estão bem entregues à gestão socialista.

Fica aqui patente que os barrosões não foram defraudados, que o plano foi cumprido no essencial.

Demonstra que todo o território foi tido em conta, que o desenvolvimento não foi esquecido, e o input dado à economia local e ao emprego foram assegurados. Relata o investimento público, o apoio ao setor primário, além da forte vertente social.

E permitam-me dar alguns exemplos dos apoios nas diferentes dimensões:

No setor primário:

Do apoio à COOP barroso e às raças autóctones em cerca de 145 mil euros;

O apoio à produção de bovinos e caprinos no valor de 60 mil euros;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

40

O apoio à produção de batata de semente no valor de 65 mil euros;
O apoio à produção pecuária no valor de 230 mil euros;
Ou o apoio aos agricultores quer seja na produção de fumeiro e para a realização da mesma e no apoio ao abate de suínos, no valor total de 90 mil euros;
Este setor, o setor primário, foi contemplado com quase 600 mil euros.
Também nos apoios à pandemia a autarquia não deixou ninguém para trás e apoiou o setor económico em 300 mil euros;
Sendo as funções sociais as que mais verbas alocaram, destaco os mais de 3 milhões de euros executados, onde salta à vista mais de 1 milhão na educação, mais de meio milhão de euros na ação social e 480 mil euros para o desporto e o lazer.
E permitam-me ainda fazer menção ao PPI e referir o investimento de mais de 1 milhão de euros em água e saneamento. E ao contrário do que diz a oposição o partido socialista não descarta esta área.
Trata-se, por isso, de um documento que respeita os compromissos, que contempla as freguesias e núcleos urbanos de Montalegre e Salto, preservando o investimento, mas que garante as boas contas.
Merece por isso, este Relatório de Atividades & Prestação de Contas, uma apreciação positiva desta Assembleia. Assinado, o membro da Assembleia Municipal João Carlos Rodrigues.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que é preciso alertar todos os membros da Assembleia que quem quer intervir deve estudar os documentos e números pois é da prestação de contas que se está a falar. Diz que há um amor, por parte do membro Sandra Gonçalves, por alguns empreiteiros possivelmente por dívidas pessoais.

Disse que a intervenção do membro José João Moura foi incongruente. Começou por dizer que não concorda e que tem que votar contra pois o investimento é pouco. Ora, dos 17 milhões de euros, que são o orçamento anual, para alimentar a máquina da Câmara em despesas correntes, como os vencimentos, os transportes escolares, a iluminação pública, as avarias, sobram 4 milhões de euros para investimento. Vir dizer que o investimento é pouco, não é correto. É o possível. A manta não cresce e ainda não sabem fabricar dinheiro.
Sabe que é mediático o membro José João Moura pedir mais apoios, mas não há quadro legal que permita que um Município possa apoiar uma atividade comercial privada. Tentou-se, como forma de preencher lojas vazias na Rua Direita, ajudando a pagar a renda a jovens que quisessem estabelecer-se em atividades direcionadas para o comércio local e não se conseguiu elaborar um regulamento que viabilizasse esta situação. A Câmara não pode apoiar os comerciantes. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

41

Câmara pode comprar o cimento, o ferro ou alimentos para distribuir pelos municípios, mas não ajudar diretamente os comerciantes.

A Câmara de Montalegre, no período COVID acudiu à emergência injetando mais de 3 milhões de euros e leu o que consta em ata e que foi dito pelos vereadores do PSD a propósito, “tem havido exagero na comunicação de algumas medidas, correndo-se o risco de aproveitamento político”. O importante não é apoiar, a questão do PSD é o aproveitamento político, à semelhança do que aconteceu com o lítio.

Em relação ao atraso do envio da documentação, pediu desculpas pelo ocorrido. No entanto, qualquer membro da Assembleia tem capacidade para, em meia hora, fazer a análise do documento. Mas, embora a leitura seja fácil, os documentos terão que chegar a tempo e a informação que lhe dão é que a culpa é dos correios.

O membro Sandra Gonçalves fez a seguinte intervenção em defesa da honra: “O Presidente da Assembleia Municipal não devia permitir que o edil do concelho arrastasse para a lama a política desta forma vergonhosa numa Assembleia Municipal. Chegamos ao ponto em que os membros eleitos pelo povo para fiscalizar e escrutinar a atividade do município são insultados de forma vil a título pessoal e inclusive do foro da vida privada.

A oposição faz ataques políticos e sobre as funções profissionais que o executivo exerce por ter sido eleito e nunca a título pessoal.

Segundo o Presidente da Câmara insinuou, se dívidas pessoais tenho a algum empreiteiro desconheço e nem que fosse verdade não seria assunto para ser tratado numa Assembleia Municipal. Agradeço ao Presidente desta Assembleia que ponha ordem na casa da democracia. Assinado, o membro da Assembleia Municipal Sandra Gonçalves.”

Deliberação: Aprovado por maioria com onze abstenções dos membros José João Carvalho de Moura, Bárbara Matos, Sílvia Carneiro, Ana Francisca Martins, José Ricardo Branco, José Acácio Gonçalves, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão, Manuel Carrelo, Acácio Gonçalves e Rui Moura Rodrigues.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

42

2.10. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos nos anos económico de 2022. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.11. Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de dois cargos de direção intermédia de 3º grau 01(um) para Chefe da Unidade Orgânica Flexível de Turismo e Cultura, e 01 (um) para Chefe da Unidade Orgânica Flexível de Biblioteca e Arquivo – Proposta;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.12. 2ª Revisão do PDM de Montalegre – Indicação dos representantes da Câmara Municipal de Montalegre na CC (Comissão Consultiva) – Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.13. 2ª Revisão do PDM de Montalegre – Eleição do representante da Assembleia Municipal de Montalegre na CC (Comissão Consultiva);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Bancada do PS apresentou a Lista A com o nome do membro Lúcia Araújo Jorge.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

43

Os eleitos à Assembleia Municipal pela Coligação Todos por Barroso – PPD/PSD, CDS-PP e Grupo de Cidadãos Independentes apresentou a Lista B com o nome do membro Sandra Gonçalves.

Postas à votação, por escrutínio secreto, as duas Listas apresentadas, foi eleita a Lista A com vinte e nove votos, tendo a Lista B recolhido dezassete votos e houve um voto branco.

2.14. Venda de Prédios Urbanos – Ata da Hasta Pública – Ratificação - para aprovação;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com onze abstenções dos membros José João Carvalho de Moura, Bárbara Matos, Sílvia Carneiro, Ana Francisca Martins, José Ricardo Branco, José Acácio Gonçalves, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão, Manuel Carrelo, Alívio de Freitas Dias e Acácio Gonçalves.

2.15. Acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro – Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o membro José João Carvalho de Moura.

O membro José João Carvalho de Moura disse que não trouxe atas de reuniões de Câmara, nem vai ler nenhuma, mas numa reunião de Câmara foi dito que essas casas iam ser entregues a técnicos que viriam trabalhar no projeto SIPAM. Agora refere-se o contrário e gostava que fosse esclarecido o assunto com elevação.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a circunstância de serem colocadas na gestão do município, não é impeditivo para serem ocupadas por técnicos que venham trabalhar para o SIPAM, ou alguém que venha trabalhar para o concelho de Montalegre ou alguém já residente em Montalegre.



A Assembleia tomou conhecimento.

2.16. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União das Freguesias de Paradela, Contim e Fiães, destinado à construção de uma nova captação, reservatório e fossa séptica em Contim;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o membro José João Carvalho de Moura.

O membro José João Carvalho de Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Em relação a este pedido de apoio financeiro de 150.000 euros à União de freguesias de Paradela, Contim e Fiães, porque mais uma vez o pedido não é acompanhado de qualquer orçamento detalhado, e como somos coerentes nesta matéria, não podemos aprovar a transferência deste montante, quando não há descritivo dos projetos alocados, tornando assim o controle impossível, e nem permite avaliar se o valor do subsídio é excessivo ou insuficiente.

E neste caso particular, esta verba começa a ter um cheiro nauseabundo. Senão vejamos:

1) A câmara municipal em 09.07.2021 adquiriu um reservatório de água com capacidade para 30 mil litros, à empresa AMBIETEL no valor de 11.860€ + IVA, e passados oito meses, vai adquirir um novo reservatório, uma vez que o primeiro não permite o acesso dos funcionários para limpeza e desinfeção, convertendo-o em fossa séptica;

2) Com esta nova transferência para a Junta de Freguesia vislumbra-se aqui um fracionamento de contratos, e por conseguinte, uma ilegalidade, uma vez que o Município contratou a execução da empreitada "Abastecimento de Água a Contim - Rede de Abastecimento e Tratamento", através de consulta prévia, em 27.04.2021, por 149.250€, e deveria ter feito a contratação através de concurso público, como se conclui agora;

Verificamos assim duas violações essenciais nas regras tidas por convenientes para a correta aplicação do princípio da boa administração!

A primeira: incompetência na tomada de decisões, que nem a doura homilia em Contim, aquando da campanha eleitoral, consegue desmitificar!

A segunda: um total despesismo do dinheiro público, característico deste executivo municipal, com obras em cima de obras, quando esta verba poderia ser canalizada para a mesma união de freguesia, pois como já defendemos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

45

deveria haver um reforço dos orçamentos das juntas de freguesia, de modo a evitar estes pedidos recorrentes e subservientes.

Defendemos, mais uma vez, que estes apoios devem ser dados de acordo com critérios pré-definidos, considerando o mérito e as necessidades de cada entidade; o Executivo do Partido Socialista utiliza apenas critérios políticos na atribuição destes subsídios, o que permite depois a discricionariedade, a falta de regra e escrutínio.

Perante estes factos, e após a apreciação crítica sobre o exposto, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, votam contra a presente proposta. Assinado, o membro da Assembleia Municipal José João Moura.”

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos membros José João Carvalho de Moura, Bárbara Matos, Acácio Gonçalves, Ana Francisca Martins, José Ricardo Branco, José Acácio Gonçalves, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão e Alívio de Freitas Dias e com duas abstenções dos deputados Sílvia Carneiro e Manuel Carrelo.

2.17. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Venda Nova e Pondras, destinado à Equipa de Sapadores;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os membros Sílvia Carneiro e Hernâni Carvalho.

O membro Sílvia Carneiro disse que só quer justificar o seu voto favorável neste ponto pois não é hipócrita, não pode ir contra os seus valores e na última reunião louvar o valor que estas equipas têm para as populações e depois votar contra o apoio. Apelou que todos votassem a favor pois todas as equipas de previnam e combatam os incêndios devem ser totalmente apoiadas.

O membro Hernâni Carvalho disse que é um homem livre e a sua liberdade intelectual fá-lo ser orgulhosa e convictamente militante do Partido Socialista. Porque acredita, porque reconhece os valores desse partido e porque nele se revê. E quando alguém diz “O PS vive na promiscuidade”, sente-se ofendido. Não vale a pena vir dizer que temos que ter respeito, exigir respeito e andar sempre a atirar pedradas para o lado de lá. Temos todos que apelar um bocadinho ao bom senso pois todos cometemos excessos. Podem ser discutidas todas as ideias, mas temos que ter cuidado com as palavras que utilizamos. E não, o PS não vive



na promiscuidade. O PS é uma entidade que merece respeito e merece o respeito desta casa.

Agradeceu ao membro da Assembleia Municipal Sílvia Carneiro pela sua intervenção e pediu-lhe que faça escola do seu lado da bancada. Foi brilhante. Escondem-se atrás da falta de fundamentação para argumentar a sua intenção de voto e votam contra o que cria emprego e o que cria segurança no território. Na pandemia disseram que o Presidente devia fazer mais, mas não dizem o quê. Claro que tem que se fazer mais e é ele o primeiro a dizê-lo, mas é preciso um mínimo de coerência. Trata-se de um conjunto de esforços entre as várias freguesias do Baixo Barroso que tornam possíveis mais cinco empregos para o território, mais um agente de proteção civil naquilo que é o combate e prevenção aos incêndios florestais. É assim que se desenvolve o território.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos membros José João Carvalho de Moura, Bárbara Matos, Ana Francisca Martins, José Ricardo Branco, Sandra Gonçalves e Ana Paula Adão.

2.18. Pedido de cedência de garagem do posto da GNR da Venda Nova pela união das freguesias de Venda Nova e Pondras;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções dos membros José João Carvalho de Moura, Bárbara Matos, Ana Francisca Martins, José Ricardo Branco, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão e Manuel Carrelo.

2.19. Pedido de cedência de uma viatura para dar apoio à União das Freguesias de Paradela, Contim e Fiães;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



2.20. Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais desfavorecidos – Proposta;

A Senhora Vereadora Fátima Fernandes informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.21. Minuta do Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Montalegre;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o membro Hernâni Carvalho.

O membro Hernâni Carvalho disse que o membro António Eduardo Batista dos Santos não irá participar na votação por estar legalmente impedido de o fazer e que o mesmo impedimento se verifica no ponto seguinte com outros membros desta Assembleia.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

O membro António Eduardo Batista dos Santos não participou na votação por estar legalmente impedido de o fazer.

2.22. Minuta do Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Salto;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

Os membros Hernâni Carvalho e Alberto Fernandes não participaram na votação por estarem legalmente impedidos de o fazer.

3 – Intervenção do Público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

48

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

4 – Período após a ordem do dia.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e, não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas